
OS INSTITUTOS FEDERAIS SOB O PRISMA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA

Tânia Maria Mares Figueirêdo^(*)

Wilma Maria Pereira^(**)

Wesley Florentino de Oliveira^(***)

INTRODUÇÃO

É sabido que a organização pedagógica dos Institutos Federais recebe grande influência teórico- metodológica dos antigos CEFETs e das Escolas Agrícolas, instituições tidas como referência no Ensino técnico e profissional, durante muitos anos no Brasil. Influências como o tecnicismo ou neotecnicismo, a supremacia das disciplinas técnicas e do mercado de trabalho e poucas vivências integradoras com a comunidade figuram como alguns exemplos nesse modelo. Essas influências são muitas vezes questionadas e combatidas nos debates educacionais, mas continuam a fazer parte do currículo real reproduzido no fazer pedagógico dos Institutos Federais.

O distanciamento entre o que se pensa da educação profissional e o fazer do ensino profissional, têm atualmente amplo espaço de discussão e pesquisa, principalmente quando se entende que a educação profissional deve estar atrelada ao desenvolvimento do ser humano, como ser *omnilateral*¹, ser social, ser espiritual, ser político, ser que trabalha, pensa e produz cultura.

A discussão sobre concepções filosóficas e pedagógicas que nortearam e arrimam a Educação Profissional no Brasil, datam o início do séc. XX e segue parâmetros curriculares que ainda privilegiam a ordem do mercado, em detrimento da formação humana e política dos discentes. Nesse sentido a escola trilha a via da formação de artífices e operários preparados para operar máquinas e pensar sob ótica do mercado, sem se perceberem sujeitos da transformação política e social, e segue reproduzindo as relações de exploração e alienação.

Pensar a escola como instrumento de formação cidadã para o povo foi postulado por Marx no séc. XIX, e por Gramsci no séc. XX. Posteriormente, foi e é assunto discutido por Freire (1987), Frigotto (2001), e Arroyo (2010). Estes autores entendem que a educação e o trabalho

^(*) Mestre em Ciências da Educação - Universidade Vale do Rio Verde. Professora do Instituto Federal de Educação do Norte de Minas (IFNMG/MG). Autora de livros didáticos em Educação do Campo.

^(**) Mestranda em Letras – Universidade Federal de Viçosa. Professora do Instituto Federal de Educação do Norte de Minas (IFNMG/MG).

^(***) Mestre em Modelagem Matemática e Computacional – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG). Professor do Instituto Federal de Educação do Norte de Minas (IFNMG/MG).

¹ Embora não haja em Marx uma definição precisa do conceito de *omnilateralidade*, é verdade que o autor a ela se refere sempre como a ruptura com o homem limitado da sociedade capitalista.

levam o homem à emancipação e à autonomia política, tornando-os capazes de agir na coletividade e para o *BEM* da coletividade. Nesse sentido, a educação envolve a totalidade intelectual, física, corpórea e sensível com a finalidade não só da emancipação humana, mas também da formulação de uma nova visão que objetiva amenizar as desigualdades sociais.

Daí o grande desafio dos Institutos Federais: trilhar um novo caminho da educação profissional no Brasil, alicerçada no desenvolvimento do ser humano, como ser *integral* e *integrado* com o mundo que o rodeia; ser que trabalha, que produz conhecimento e cultura.

Compreendido o sentido da formação humana e política nos cursos técnicos profissionalizantes dos Institutos Federais, desafios serão lançados, principalmente, no que tange a construção dos projetos pedagógicos e a prática docente, que optam pela integração CIÊNCIA, TRABALHO E CULTURA, balizada pelo íntimo diálogo *escola/comunidade, indivíduo/coletividade e conhecimento/sustentabilidade*.

Discutiremos, primeiramente, os conceitos e as concepções da educação *Integral* e *Integrada*, em que os sujeitos da educação escolar – professor e aluno – promovem o desenvolvimento humano a partir do autorreconhecimento, do reconhecimento do entorno e da prática da cidadania. Em seguida, serão analisadas algumas finalidades dos Institutos Federais, apresentadas na Lei 11.982 de 29 de dezembro 2008 sob a ótica da Educação, Trabalho e Cidadania.

A EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA: UMA ABORDAGEM NECESSÁRIA

Quando olhamos as coisas do mundo, nossa visão é totalizante e corresponde à nossa compreensão sobre os símbolos e as situações. A visão que temos do mundo se constrói e se reconstrói de acordo com os saberes e as vivências, sem que os conhecimentos sobre o que vemos estejam separados na nossa interpretação. Quando dialogamos com o mundo, não separamos de imediato o que interpretamos a partir da nossa vivência, do que interpretamos a partir dos conhecimentos adquiridos na escola. O nosso olhar é global, é inteiro. Enxergamos as “coisas” do mundo e as pessoas de acordo com nossas crenças, nossa cultura, nossos valores éticos e morais e, principalmente, de acordo com nossas vivências, que ao mesmo tempo podem ser individualizadas ou coletivas.

Olhar o mundo e compreendê-lo nas suas dimensões econômica, social, política e cultural pode não significar plena felicidade, mas certamente, possibilitará ao sujeito em desenvolvimento, maior autonomia e criticidade. Pois, por mais que muitos homens queriam permanecer na inércia,

esta não é a posição que a evolução humana exige do ser humano, já que este é ser de pensamento e ação. A inércia compromete a evolução humana, compromete o *Ser de Ser* mais, de pensar mais e de agir mais frente às grandes transformações tão necessárias para o nosso mundo e para a nossa sociedade. E a educação tem papel importante nesse contexto evolutivo do ser humano.

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável, não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde (sic) decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as, em vez disso, com antecedência, para a tarefa de renovar um mundo comum (ARENDDT, 1979, p. 247).

Mas o que é o *ser humano*?

Para cada tempo e civilização a pergunta “o que é o ser humano” foi respondida sob a égide filosófica, teológica ou científica predominante da época. Por exemplo, a filosofia antiga trouxe à tona, em suas origens, a noção de que o ser humano se define a partir da vontade dos deuses, como se a natureza humana fosse constituída a partir de um projeto de vontade divina minimamente sujeito à interação da racionalidade e da vontade do próprio homem, do meio que o cerca e das condições contextuais em que este homem se insere. Para os medievais o ser humano era composto de “corpo e alma; ser social incompleto, utilizando-se da sociedade para o cumprimento de seu fim, dependente e servo da vontade divina. Nesta visão a construção do ser humano está intimamente, indissociavelmente, ligada ao meio em que esse homem se insere.

Com a modernidade outras concepções acerca do ser humano foram postuladas. René Descartes e outros racionalistas do século XVI e XVII explicavam a natureza humana a partir do sujeito do conhecimento, racional e possuidor do livre arbítrio, outros, porém, como Hegel no século XVIII retomaram a noção de que o homem possui em sua natureza uma dimensão espiritual elevada, que deve ser atingida através da evolução do homem em sua constante busca pelo conhecimento. Outras concepções se fizeram presentes neste debate, uma delas é a que o ser humano é corpo (matéria) e alma (espírito), é um núcleo corporal e espiritual: dele emergem, consequências naturais como a inteligência, a liberdade, a criatividade, a consciência ética, a capacidade de diálogo, a sociabilidade, enfim, todas as qualidades superiores do homem. Também a Fenomenologia dá a sua contribuição neste debate, destacando que a evolução do *Ser Humano* é um processo temporal de personalização, concebido como pessoa potencial que vai se tornando pessoa plena e sempre em expansão e crescimento ao longo da vida inteira; nunca somos pessoa acabada,

somos um ser aberto à realização de novas potencialidades e possibilidades pelo exercício da liberdade e criatividade.

Apesar de existirem muitas concepções sobre a identidade humana, a maioria delas enxerga o ser humano como um ser em construção, dinâmico, cuja busca constante pela perfeição é o grande motor de sua evolução. O ser humano é um ser cuja construção depende de uma atitude de busca, pois ele não nasce “pronto e acabado”, é, portanto, uma obra a ser lapidada a fim de se chegar ao seu maior brilho. Assim, é tarefa da vida e da evolução humana educar o homem para *Ser Mais*, isto é, *Ser mais digno, Ser mais pleno, Ser mais feliz*. Neste sentido, o ser humano evolui na medida em que aprende e que se educa.

Educar para a formação do ser humano é, antes de tudo, ver o humano em todas as suas dimensões e possibilitar o seu pleno desenvolvimento como Ser que pensa, Ser que sente, Ser que faz, Ser que busca, Ser que conhece, Ser que convive, Ser que crer, Ser que ama e Ser que quer Ser mais.

A verdadeira educação não tem outra finalidade senão essa: estabelecer perfeita harmonia e equilíbrio entre o ego mental e o Eu espiritual, porque a educação de acordo com a filosofia, tem por fim realizar o homem integral. O homem integral não é unilateralmente espiritualista, nem unilateralmente mentalista – menos ainda materialista. O homem integral é uma perfeita harmonia de Ser e Agir, de todos os componentes da sua natureza (...) Por isto, deve o educador ter noção exata sobre a origem e a natureza do homem, a fim de poder promover a realização do homem integral.(...) (ROHDEN, 2007, p.52-53)

Pensar na formação humana no contexto escolar é pensar o aluno e o professor como sujeitos da educação e da prática educativa com vista à promoção e ao desenvolvimento da natureza humana até a sua plenitude. Compreender a formação humana como responsabilidade de quem educa e de quem é educado na escola e pela escola. Este é em dúvida um grande passo para que se efetive a *educação integral* nos Institutos federais.

Seguem abaixo três conceitos de *Educação Integral* que merecem ser refletidos.

1. Tabela

<p>“A palavra integral significa inteiro, completo, total. Portanto, defender uma educação integral, é defender uma educação completa, que pense o ser humano por inteiro, em todas as dimensões. Não só em tempo, mas principalmente em qualidade, rimar e unir quantidade e qualidade. Não adianta apenas aumentar a quantidade, sem melhorar a qualidade. Portanto, precisa-se ampliar as quatro horas-aulas que as crianças,</p>
--

adolescentes e jovens do campo e melhorar sua qualidade, garantindo o acesso e o direito a diversas atividades: arte, esporte, lazer, cultura, conteúdos pedagógicos, científicos, profissionalização, dentre outros elementos.”

Vera Maria Oliveira Carneiro, Técnica do Programa de Educação do MOC.

“O conceito de educação integral diz respeito à ampliação de esfera educacional, que deve englobar não apenas o conteúdo científico tradicional, mas um conjunto de experiências que tenham valor educacional, como música, informática, esportes etc. O importante é que essas atividades criem para o aluno um sentido educativo”.

Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

“O conceito mais tradicional encontrado para a definição de educação integral é aquele que considera o sujeito em sua condição multidimensional, não apenas na sua dimensão cognitiva, como também na compreensão de um sujeito que é sujeito corpóreo, tem afetos e está inserido num contexto de relações. Isso vale dizer a compreensão de um sujeito que deve ser considerado em sua dimensão bio-psicossocial”.

Antonio Sérgio Gonçalves, pesquisador do CENPEC e sócio-gerente da empresa Nexus Consultoria Ltda.

A partir desses conceitos é interessante abrir um parêntese para a reflexão da prática da educação Integral nos Institutos Federais, a começar pela interpretação crítica da missão educativa e social dessas escolas. A pensar, *Como a missão da escola dialoga com a responsabilidade da formação do ser humano em todas as suas dimensões? A missão da escola é refletida no fazer pedagógico dentro e fora da sala de aula? É preocupação de docentes e pedagogos preparar os alunos para a vida comunitária cidadã?*

É importante que esses questionamentos sejam redimensionados e socializados nos espaços do *dizer* e do *fazer* pedagógico, para que sirvam de parâmetros na construção das propostas pedagógicas dos Institutos Federais. Caso contrário, continuaremos a testemunhar nessas escolas o reforço do tecnicismo trilhando a via educativa a favor da alienação e da massificação dos “futuros operários”. Se faz urgente levar para os debates acadêmicos dos Institutos Federais, o sentido e a importância da *educação integral*, para a qual o ato de aprender e ensinar explicita e reforça a autonomia do sujeito e o seu comprometimento com o desenvolvimento social. Nesse sentido, os

Institutos Federais tanto podem servir de instrumentos de emancipação dos sujeitos da educação profissional, como de reprodução das relações capitalistas no ambiente escolar.

Arroyo (2010) explica que já na idade moderna situações educativas contraditórias no tocante à formação humana e à política dos alunos faziam parte do fazer pedagógico da época.

A educação moderna vai se configurando nos confrontos sociais e políticos, ora como instrumento de conquista da liberdade, da participação e da cidadania, ora como um dos mecanismos para controlar e dosar os graus de liberdade, de civilização, de racionalidade e de submissão suportáveis pelas novas relações sociais entre os homens. (...) a educação passa a ser um santo remédio, capaz de tornar súditos, cidadãos livres, como de controlar a liberdade dos cidadãos. (ARROYO, 2010)

A escola, independentemente de sua localização espacial e temporal, deve assumir a função de formadora do homem e da mulher como ser integral, consciente do que é em si mesmo e do que é para com a coletividade. Por isso, há de se refletir sobre a prática educativa como ação planejada e mediada pelo professor, que por muitas vezes não tem claro para si seus propósitos educacionais, muito menos, o sentido prático e ideológico da intencionalidade da ação que educa. O que se perpetua na ação educativa contribui ou não para a formação integral do homem e este deve ser ponto de reflexão e discussão de todos que participam da escola. Porém, a figura do professor como mediador das aprendizagens é de fundamental importância; sua consciência ética sobre os efeitos do que se ensina na escola, na vida dos homens e na vida do planeta é o diferencial prático no cotidiano escolar como resposta positiva à promoção da natureza humana.

É claro que quando defendemos a *educação integral*, não deixamos de enxergar a necessidade da *educação integrada* para o envolvimento do ser humano com seus pares, com a natureza e com o contexto que é a sua realidade.

A *Educação integrada* é uma concepção de educação que garante a crianças e adolescentes a possibilidade de frequentarem outros espaços, onde possam adquirir habilidades específicas e habilidades sociais indispensáveis à sua formação como cidadãos. A comunidade e seus espaços públicos e privados passam a ser espaços educativos, voltados para dinamizar os conhecimentos; e promover situações de aprendizagem voltadas para o desenvolvimento da autonomia e da capacidade de liderança do aluno.

O ensino técnico-profissional, compreendido sob o prisma da *Educação Integral* e *Integrada*, é um pensar e um fazer pedagógico comprometido eticamente com a humanização das relações entre os homens, e não mais arrimada na opressão e na submissão das massas, na

ignorância e na falta de liberdade, mas sustentado por atitudes livres e conscientes em favor da vida e da coletividade. A esse respeito

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres “vazios” a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência espacializada, mecanicamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a de problematização dos homens em suas relações com o mundo.” (FREIRE, 1987, p. 67)

Nesse sentido, as vivências integradoras - atividades de interlocução de professores e alunos com a comunidade local – assumem um papel pedagógico e político importante na formação do “ser” humano integral. As vivências integradoras colocam alunos e professores diante de situações que requerem deles uma postura mais criativa, dinâmica, responsável e solidária em relação ao contexto social pesquisado e vivenciado. Colocam os contextos social, cultural e econômico local como instrumento educativo, estimulando o protagonismo juvenil e desenvolvendo as potencialidades dos alunos, professores e da comunidade com vista ao desenvolvimento sustentável. À medida que alunos e professores se envolvem com o entorno (a comunidade) numa atitude de reconhecimento, valorização e preocupação cidadã, novos desafios e possibilidades pedagógicas vão se configurando no cenário educativo dos Institutos Federais. O ato de aprender e o ato de ensinar serão redimensionados para além dos planos curriculares tradicionais, nos quais alunos e professores constroem novas relações educativas com seus pares e com as situações cotidianas. Assim, situações antes pouco percebíveis vão sendo problematizadas e analisadas criticamente na busca por soluções mais assertivas.

Pensar, discutir e fazer uso da *Educação Integrada* nos currículos dos Institutos Federais é garantir um diálogo estreito entre a comunidade e a escola, entre o indivíduo e a coletividade e entre a ciência, o trabalho e a cultura, contribuindo para formação integral e política dos alunos, como também para superação do preconceito em relação ao ensino técnico-profissionalizante, visto como reforço educativo e político para o mercado de trabalho.

Assim, o currículo (prescrito, real e oculto) dos cursos técnico-profissionalizantes, dos Institutos Federais, será norteado por princípios filosóficos e pedagógicos que combatem a opressão das massas e defendem a inserção crítica dos alunos e professores na realidade capitalista opressora.

OS INSTITUTOS FEDERAIS: A QUE E A QUEM SE DESTINA

O processo de implantação dos IFETs foi marcado por grandes debates acerca da concepção e organização escolar profissional, entendido muitas vezes como uma imposição governamental, mediada por uma submissão consentida, de poucos diálogos e estrutura educacional preestabelecida, gerando ora insatisfação, ora expectativa de melhoria da educação profissional no Brasil, por parte dos docentes e dirigentes. Segundo Otranto (2010),

O IFET é um exemplo do “pacto nacional” e da “submissão consentida”, no campo da educação profissional. Pode constituir-se em importante ferramenta de idéias e práticas voltadas para a construção de uma nova “pedagogia da hegemonia”, ou seja, uma educação para o consenso sobre os sentidos de democracia, cidadania, ética e participação adequados aos interesses do grande capital nacional e internacional. Por outro lado, como afirma o MEC/SETEC e alguns diretores das escolas envolvidas, pode ser uma importante oportunidade de transformação e melhoria da educação profissional no Brasil. O caminho que será trilhado, somente poderá ser percebido com clareza no futuro, e dependerá muito da ação política de docentes, discentes e técnicos administrativos das instituições, assim como de pesquisadores que investiguem qualificadamente e criticamente o processo real de implantação dos Institutos Federais. (OTRANTO, 2010, p.93).

Nos anais da criação dos Institutos Federais a expectativa de uma “revolução” na educação profissional brasileira aparece nos textos oficiais do MEC, marcando uma nova etapa para essa modalidade de ensino, que aliada a formação geral (disciplinas do Núcleo comum), passa caracterizar o nível do ensino médio integrado da Educação Básica, técnica e tecnológica, gerando grandes expectativas tanto para o governo, como para a comunidade acadêmica.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são a síntese daquilo que de melhor a Rede Federal construiu ao longo de sua história e das políticas de educação profissional e tecnológica do governo federal. São caracterizados pela ousadia e inovação, necessários a uma política e um conceito que buscam antecipar aqui e agora as bases de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa. (PACHECO, 2010, p. 17).

A criação dos Institutos Federais, instituições responsáveis pela formação técnica e tecnológica, traz além de expectativas, debates educacionais sobre o sentido da educação profissional para a vida dos estudantes e para o desenvolvimento local e o regional, já que isso é estabelecido nos objetivos e nas finalidades dessas escolas profissionalizantes. Todavia, há ainda que refletir sobre a razão de ser dos Institutos Federais para os alunos, professores e para a

localidade, lançando mão do seguinte questionamento *Qual o papel do Instituto Federal no contexto das transformações econômicas, políticas, sociais e culturais locais e regionais?*

Para responder tal questionamento é importante saber a que e a quem a educação ofertada nos Institutos Federais se destina; como os institutos foram concebidos pelo governo e vivenciados pelos sujeitos da educação. Além disso, se faz necessário, ler criticamente a Lei de criação dos Institutos Federais (Lei 11.982), atendo-se, principalmente, aos objetivos e finalidades dessas instituições de Educação Básica, Técnica e Tecnológica. Oportunamente, será apresentada uma breve análise das finalidades dos Institutos Federais, sob a ótica da *educação Integral e Integrada*, a fim de reforçar a necessidade da abertura de novos espaços e relações educativas no Ensino, na Pesquisa e na Extensão.

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; (BRASIL, LEI 11.982 e 29 de dezembro de 2008).

A escola quando estabelece em Lei que tem por finalidade qualificar cidadãos, deve ter como preocupação o fato de que o sujeito que será qualificado é “cidadão” em construção. É um sujeito que leva, para o ambiente escolar, significados e significantes de sua representação de mundo, e que estabelece com seus pares relações de acomodação, assimilação e de autonomia diante das situações cotidianas. Por isso, alguns questionamentos devem ser levados em conta *De qual cidadão estamos falando, qual é a totalidade histórica que o envolve, que sujeito coletivo ele representa?*

Tais respostas, junto a outras ligadas às particularidades individuais, são importantes para se pensar em educar na cidadania e para a cidadania. Apesar de muitas escolas trazerem em seu Projeto Político-Pedagógico, a missão de uma formação dos cidadãos capazes de agir e transformar a sociedade, pouco se tem efetivado de vivências cidadãs no ambiente escolar e no entorno, sob orientação docente. A trajetória escolar que fortalece o currículo prescrito, em detrimento do enfraquecimento das relações sociais cidadãs dos alunos, compromete verdadeiramente a formação política cidadã. Segundo Frigotto (2001), outro desafio se faz presente no contexto da educação profissional

(...) o de termos a capacidade coletiva de distinguir o projeto de Educação Profissional patrocinado pelos organismos internacionais - Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, etc. - aceito de forma subordinada pelo atual governo federal, do projeto que se busca construir, em diferentes espaços de nossa sociedade, numa perspectiva de emancipação da classe trabalhadora. No projeto do

governo federal, a organização e o conteúdo básicos explicitados na atual LDB e, em particular, nos pareceres e nas portarias que a regulamentam, a Educação Profissional subordina-se ao ideário do mercado e do capital e de um modelo de desenvolvimento excludente, concentrador de renda, predatório” (FRIGOTTO, 2001, p.23).

Para que esta missão se efetive a escola tem que enxergar o ser humano nas suas múltiplas dimensões e potencialidades. Sendo a escola também responsável pela formação integral do homem, é importante que todos os sujeitos envolvidos na prática educativa entendam que educar seres humanos não pode ser tão somente ensinar os conhecimentos e as competências técnicas, mas, sobretudo, ensinar ao homem os valores éticos e espirituais para que se torne mais digno e virtuoso para a convivência humana. É muito importante que a formação integral do homem tenha a marca do amor e do bem. Esta é a grande e majestosa tarefa humanista da escola *tornar os sujeitos da educação escolar cada vez melhores para si e para a humanidade*.

Para que isso ocorra no âmbito dos Institutos Federais é imprescindível que a escola se movimente no sentido de proporcionar espaços de vivências cidadãs envolvendo efetivamente os alunos e os professores como pesquisadores participativos do contexto social para que sejam capazes de agir criticamente apresentando soluções para os problemas investigados.

Cabe, ainda, a esse professor *homem-cidadão* o compromisso de educador na formação cultural e profissional de seus educandos para a construção de uma escola de qualidade do povo e para o povo. Para tanto, sua responsabilidade é mais ampla, abrangente, e deverá contribuir de forma eficaz para o crescimento pessoal dos alunos, bem como estar atento ao contexto social, econômico e político. Neste pensamento, os educadores precisam “aprender a pensar” a prática educativa entendendo que esta está intimamente ligada à formação integral e política dos discentes.

No campo do currículo, todas as disciplinas da formação geral e formação técnica precisam estar conectadas a conteúdos e a valores éticos/sociais que desafiem a atuação dos alunos/cidadãos, como a educação ambiental, a educação para o consumo, a busca pela paz, da solidariedade, da justiça, da saúde pública. É preciso integrar, na formação do aluno/cidadão, a dimensão afetiva e ética dos valores amparada pelo amor, o bom senso e o bem comum da coletividade. Nesta perspectiva, o educador tem um grande papel a exercer, deve partir dele a conscientização dos alunos. Uma educação que partisse apenas do educador, limitada ao campo escolar, é insuficiente para operar uma verdadeira mudança social. O educador não deve se limitar a conscientizar só na sala de aula. Deverá aprender a se conscientizar com a massa. Não basta sermos competentes para sermos educadores. É o grau de consciência que define se somos ou não educadores críticos preocupados com a formação integral e política dos nossos alunos, pois mesmo que a lei garanta

que nos Institutos Federais a formação humana e política tenham espaço pedagógico privilegiado, esta dependerá decisivamente da formação política dos professores e da relação que estes estabelecem com a *educação integral e integrada* para que, efetivamente, a Educação Profissional contribua com o desenvolvimento do ser humano em todas as suas dimensões. Para reforçarmos a função social dos Institutos Federais tomaremos, novamente, como base outras finalidades destas instituições educativas alicerçadas no ensino, pesquisa e extensão.

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; (BRASIL, LEI 11.982 e 29 de dezembro de 2008)

As orientações contidas nos excertos acima, nos remetem mais uma vez para o caráter *formador/integrador* da educação. Essa é uma das propostas postuladas por Gramsci (2006) ao propor a *escola unitária*. De acordo com essa proposta, a escola deve ser um espaço *integrador/formador* de conhecimento uma vez que tem as suas bases sustentadas na ideologia construída a partir do *consenso* e da comunhão das posições, sentimentos e interesses de todos os membros da comunidade. Esse modelo de educação e de percepção da realidade exclui a noção de que a produção de conhecimento deve ser unilateral, pois deve considerar a interlocução entre os saberes popular e o científico para a construção de um saber que não seja imposto por um modelo autoritário que leva à opressão e à dominação de uns pelos outros, mas sim um saber construído na e pela coletividade.

Nesse paradigma, inserem-se também as orientações para que os Institutos Federais de Educação pautem as suas atividades no desenvolvimento da educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de *geração e adaptação* de soluções técnicas e tecnológicas a fim de atender às demandas sociais e peculiaridades regionais.

No processo de *geração e adaptação* de soluções é necessário promover novas maneiras de pensar ou de se conceber o mundo consolidando um compromisso onde o indivíduo pode agir e interagir ao mesmo tempo em que constrói e produz soluções para as questões social, cultural e

política do seu grupo. Se a proposta de criação dos Institutos Federais é o atendimento às peculiaridades locais é necessário considerar que a formação dos indivíduos deve-se voltar para a efetiva participação desses indivíduos na consolidação e no fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais pautados em princípios que venham potencializar e desenvolver as ações e os interesses da coletividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho propomos uma reflexão em relação ao verdadeiro sentido da educação. O objetivo é o de dar ênfase a uma *educação integral e integrada* como proposta de uma escola que deve considerar o trabalho de formação não como estrutura de forma fragmentada e dividida, mas sim como uma educação única, que simultaneamente englobe a educação para o trabalho, para a ciência, para a cultura ao mesmo tempo em que dialoga com a vida social, cultural e humana do indivíduo. Nesse sentido, não há escola profissionalizante, pois esta deve englobar a formação para a humanidade, ou seja, uma escola que cuida do saber *prático/teórico*, da *subjetividade/objetividade* que não vê o ensino como processo mecânico e autoritário, mas como um processo no qual os indivíduos possam construir valores fundamentais do humanismo, da autodisciplina intelectual, da liberdade e da igualdade priorizando a educação popular como via de conhecimento significativo à sociedade e aos indivíduos de forma geral.

Assim, segundo orientações propostas por Gramsci visando a uma educação integral, a escola para o proletariado deve ser “uma escola que dê à criança a possibilidade de se formar, de se tornar homem, de adquirir critérios gerais e necessários para o desenvolvimento do caráter. Uma escola de liberdade e livre iniciativa e não uma escola de escravidão e de mecanicidade (GRAMSCI, 1904 apud NOSELLA, 1992, p.20). Esta é também a escola mais próxima dos objetivos propostos na criação dos Institutos Federais de Educação no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ARENDRT, H. A crise na educação. In: *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 221-247.
- ARROYO, Miguel; BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. *Educação e cidadania: quem educa o cidadão*. São Paulo: Cortez, 2010.
- CARNEIRO, Vera M. Oliveira. *Educação do campo integral na perspectiva do semi-árido*. www.moc.org.br/artigos acesso em 15/03/2013.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. *Revista Perspectiva*, Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87, jan./jun, 2001

GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

MONDIN, Battista. *O homem: quem é ele?: elementos de antropologia filosófica*. São Paulo: Edições Ppaulina, 1980.

ROHDEN, Humberto. *Educação do homem integral*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007.

NEVES, L. M. W. A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, L. M. W. (Org). *A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo, S.P: Xamã, 2005, p. 85-126.

PACHECO, Eliezer. *Os Institutos Federais: uma revolução na Educação profissional e tecnológica*. Natal: Editora do IFRN, 2010.

OTRANTO, Célia Regina. Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs. *Revista RETTA* (PPGEA/UFRRJ), Ano I, nº1, jan-jun 2010, p. 89-110.

GONÇALVES, Antonio Sérgio. Reflexões sobre educação integral e escola de tempo integral. *Cadernos Cenpec* . n.º 2 – Educação Integral – 2º semestre 2006

RESUMO

O grande debate que circula na maioria dos espaços didático-pedagógicos nos Institutos federais é certamente os desafios e as possibilidades do ensino integrado na educação profissional. Assuntos como a trajetória da educação profissional do Brasil, as dicotomias Educação e Trabalho e Educação e cidadania são amplamente discutidos e pesquisados. Este artigo de revisão bibliográfica não abordará diretamente a discussão do ensino médio integrado, mas contribuirá na compreensão da concepção de educação profissional como instrumento emancipatório na qual a formação humana e política alicerçam a formação para o trabalho. O pensamento marxista da relação educação, trabalho e cidadania postulado por Gramsci (1995) e discutido por Freire (1987), Frigotto (2001), e Arroyo (2010) fundamentará algumas reflexões apresentadas neste trabalho. Todavia, o objetivo principal deste trabalho é discutir o fazer pedagógico do ensino técnico-profissional, sob o prisma da *Educação Integral e Integrada*, entendendo que essa discussão também se faz necessária no âmbito dos Institutos Federais de Educação em todo o Brasil.

Palavras-chave: Educação profissional. Educação integral e integrada. Cidadania.

ABSTRACT

The great debate that circulates in most spaces didactic teaching in Federal Institutions is certainly the challenges and opportunities of integrated education in professional education. Issues such as the trajectory of professional education of Brazil, the dichotomies education and labor and education and citizenship are widely discussed and researched. This literature review will not address directly the discussion of the integrated school, but help in understanding the design of professional education as emancipatory instrument in which the human and policy underlying the training for the job. Marxist thought the relationship between education, work and citizenship postulated by Gramsci (1995) and discussed by Freire (1987), Frigotto (2001) and Arroyo (2010) substantiate some reflections presented in this paper. However, the main objective of this paper is to discuss the teaching of technical and professional education from the perspective of integral and integrated Education because we understanding that this discussion is also required under the Federal Education in Brazil.

Keywords: Professional education. Comprehensive education. Integrated citizenship.

Submetido em: setembro de 2014
Aprovado em: fevereiro de 2015